

Poderes constituídos organizam audiência sobre segurança pública

Produtores e lideranças estendem as discussões focando a segurança no meio rural



Em 22 de outubro o Legislativo Municipal em conjunto com a Brigada Militar e a Polícia Civil realizou Audiência pública sobre Segurança, às 20 horas, no Salão Nobre "João Manoel do Nascimento"

com a participação de representantes de entidades locais e da comunidade. O presidente do Sindicato Rural, Belquer Ubirajara da Silva Lopes e um expressivo número de produtores rurais se fizeram

presentes no local.

Segundo o presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conhecendo as dificuldades sobre o tema, a idéia é buscar através do evento a participação efetiva da

sociedade com sugestões. "Essa audiência é o instrumento para aproximar os poderes constituídos e a comunidade, sabendo que isso é fundamental para termos uma segurança eficiente".

O delegado de polícia, Antônio Firmino de Freitas Neto destacou a louvável iniciativa de realização do evento no sentido que a maioria das pessoas pensa em segurança pública somente quando acontece um crime.

Neto fez uma retrospectiva comparando os períodos e apresentando os dados da polícia civil antes de sua atuação em Tupanciretã e dois anos após, mostrando que o trabalho desenvolvido fez com que as pessoas acreditassem no trabalho e procurassem a delegacia para sanar os crimes, aumentando o número de prisões e flagrantes. Destacando que o apoio do Sindicato Rural de Tupanciretã, Jari e Quevedos tem sido fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

O Capitão Antonio Marcos Moreira, Comte. PEL. BM Tupanciretã destacou que a prevenção é o melhor caminho e nesse sentido a Brigada Militar tem re-

alizado reuniões com presidentes de bairros e palestra junto às escolas do município. Moreira apresentou a realidade de Tupanciretã, extensão territorial e a realidade da polícia militar, número de efetivos e automóveis disponíveis para o trabalho, mostrando o índice de criminalidade em nosso município. A polícia deve ter canais permanentes de comunicação com a comunidade e despertar a consciência e participação de todos.

Adoniram Lemos, promotor de Justiça falou sobre o trabalho da promotoria no processo de garantir segurança à população.

Os organizadores abriram para perguntas que foram destinadas aos participantes direcionaram perguntas aos participantes sobre o tema específicos.

Na oportunidade Marcelo Kunh Plautz anunciou que a Câmara Municipal estará liberando ao Executivo Municipal o valor de 150 mil reais, economias feitas pelo legislativo, destinada a compra de duas caminhonetes tracionadas para uso da polícia civil e brigada militar que facilitarão o acesso as comunidades do interior, garantindo mais segurança no campo.

Reunião da Comissão de Leite da Farsul



O presidente do Sindicato Rural de Tupanciretã, Jari e Quevedos, Belquer Ubirajara da Silva Lopes participou da reunião da Comissão de Leite da Farsul no dia 20 de outubro. O objetivo foi levantar subsídios do interior para nivelar as informações sobre os preços praticados no mercado do leite sendo constatado que a queda no preço do produto afetou o Estado inteiro. O encontro serviu para a Farsul tomar uma posição na defesa dos produtores rurais tendo como base dados fornecidos pela categoria. Após esse levantamento, ocorreu a reunião do Consuleite, com a participação da indústria, comércio, universidade e representantes dos produtores rurais com vistas a estabelecer um preço referência que possa ser praticado a cada mês no Rio Grande do Sul, orientando as negociações entre produtores e indústria. A Universidade de Passo Fundo (UPF) pesquisará os preços praticados na cadeia leiteira estabelecendo orientação de preço que pode ser pago ao produtor a cada mês. Na análise chegou-se a conclusão que o excesso de produto disponível na indústria que tem ocasionado à baixa no preço. Segundo o presidente da Comissão de Leite, Jorge Rodrigues a proposta para recuperação substancial nos preços é que o produtor deixe de entregar seu produto a indústria durante dois dias.

Curso de Licenciamento de atividades ambientais em propriedades rurais

Nos dias 14 e 15 de outubro o Sindicato Rural de Tupanciretã, Jari e Quevedos em parceria com o Senar promoveu o curso de Licenciamento de Atividades Ambientais em Propriedades Rurais com a participação de 20 pessoas, ministrado pelo instrutor do Senar, Roberto Ferron, Engenheiro Florestal, presidente da Associação Gaúcha de Engenheiros Florestais e presidente da Floracoop – Cooperativa Florestal Ltda. O curso traz informações sobre atividades impactantes do meio ambiente que fazem parte da área rural e esclarece os tipos de licenciamentos ambientais para que o produtor rural esteja regularizado. Os licenciamentos dizem respeito ao uso da água na propriedade rural, sobre a utilização do material lenhoso por dentro das florestas, sobre instalações nas áreas agrícolas, silos agrotóxicos, piscicultura e reflorestamento. A capacitação também informa e esclarece quais as tipos e licenciamentos o produtor deve fazer para estar legal e também o curso mostra a legislação florestal e ambiental que rege tudo isso como: código Florestal Brasileiro (lei de 1965), Código Florestal Estadual (1992), Código Estadual de Meio Ambiente (2000), código das Águas (1932), Código do Uso dos Solos (1993) e Leis dos Crimes Ambientais (1998). Segundo Ferron o principal objetivo é levar conhecimento sobre o emaranhado de legislação e o licenciamento das atividades dentro da propriedade e esclarecer que toda atividade que altera o ambiente exige licenciamento e se não for elaborado o produtor (responsável) pode ser notificado ou autuado e passa a ser um crime ambiental. Descumprindo essa lei o proprietário pode responder a três processos, o administrativo, multa, que pode fazer defesa, paralelo ao processo civil, esclarecimento junto ao ministério público, tendo que assinar um termo de ajustamento de conduta e ainda poderá sofrer um processo penal junto ao juizado respondendo ao judiciário e poderá ser enquadrado como crime. O Engenheiro

Florestal destaca que existe um desconhecimento generalizado sobre as questões de legislação por parte dos produtores rurais e isso pode gerar prejuízo e atos desagradáveis. A gestão ambiental municipal também é abordada como uma prerrogativa que o estado repassou ao município para que façam licenciamento ambiental de baixos e médios impactos, desde que estejam habilitados no Consema que é o caso do município de Tupanciretã. Essa ação agiliza o licenciamento e vai favorecer a liberação de empréstimos (muitos exigem), gera renda e emprego no município, pois gerencia melhor essa questão com agentes fiscais da Secretaria do Meio Ambiente, diz Ferron.

Outro assunto foi as áreas de preservação permanentes (APPs) que são as margens de rios, banhados, vertentes, restingas que por lei devem ser preservadas, ou seja não podem ter qualquer destinação, são áreas intocáveis e mais área de reserva legal que corresponde a 20% da propriedade rural, que são áreas que deverão ter sua vegetação original (floresta ou campo), uso restrito podendo apenas fazer manejo florestal sustentável, mas em razão da Lei Mata Atlântica que não foi regulamentada no Rio Grande do Sul ela não pode ser manejada. Sobre o decreto 6514, que concedeu prazo para que os órgãos ambientais estaduais passem a exigir no planejamento da propriedade o sistema de georeferenciamento a averbação da reserva legal junto à autenticação ao Cartório Civil de Imóveis.

Em Média de 30 a 40% das propriedades serão áreas praticamente intocáveis e isto gera polêmica muito grande devido aos impactos econômicos e sociais e hoje os produtores rurais estão indignados, surpresos e apavorados porque serão cobrados. Ao finalizar Ferron enfatiza que "cabem as entidades representativas discutir estas questões se atende às funções sociais da propriedade. Leis são passíveis de mudança desde que sejam reivindicados e levados os seus anseios".

Sindicato Rural de Tupanciretã, Jari e Quevedos 100 anos